

# Condicionantes externas e algumas características linguísticas do Português a caminho do Oriente

## External Determinants and Some Linguistic Characteristics of Portuguese during its transition to the Orient

Paulo Osório

Universidade da Beira Interior  
pjtrso@ubi.pt  
ORCID: 0000-0001-6009-6970

### RESUMO

Se tomarmos em consideração a língua portuguesa que chegou ao Oriente, torna-se fundamental caracterizar, a nível interno e externo, dois períodos cronológicos fundamentais do português: o período médio e o português clássico (Bechara, 1991; Maia, 1995). Quanto ao chamado português médio, cronologicamente, este subperíodo situa-se do século XV até meados do século XVI, como se tem assumido até agora. A designação aqui utilizada, favorecida por Lindley Cintra, sugere precisamente que se trata de uma fase de transição entre as origens e um período tido por «clássico», designação, aliás, em relação à qual Vázquez Cuesta, por sua vez, prefere aplicar o termo de «português pré-clássico». No que respeita ao português clássico, este período vai de meados do século XVI (ou já, mesmo, de finais do século XV) até meados do século XVIII. Esta denominação é utilizada, sobretudo, por Lindley Cintra (1963) e Vázquez Cuesta (1986). Deste modo, o presente texto propõe-se a uma descrição linguística (bem como a uma consideração de fatores extralinguísticos) deste recorte cronológico (fundamentalmente dos séculos XV e XVI), com vista ao estabelecimento das principais características linguísticas que caracterizavam a língua portuguesa aquando da sua diáspora para o Oriente.

### PALAVRAS-CHAVE

Português médio, português clássico, fatores linguísticos, fatores extralinguísticos, diáspora linguística.

### ABSTRACT

If we consider the Portuguese language that arrived in the Orient, it is essential to characterize, internally and externally, two fundamental chronological periods of Portuguese: the middle period and classical Portuguese (Bechara, 1991; Maia, 1995). As for the so-called Middle Portuguese, chronologically, this sub-period goes from the 15th century to the middle of the 16th century, as has been assumed until now. The designation used here, favored by Lindley Cintra, suggests precisely that it is a transitional phase between its origins and a period considered "classic", a designation, by the way, to which Vázquez Cuesta, in turn, prefers to apply the term of «pre-classical Portuguese». As far as classical Portuguese is concerned, this period goes from the mid-16th century (or even late 15th century) to the mid-18th century. This term is used mainly by Lindley Cintra (1963) and Vázquez Cuesta (1986). Thus, this text proposes a linguistic description (as well as a consideration of extralinguistic factors) of this chronological segment (mainly from the 15th and 16th centuries), with a view to establishing the main linguistic characteristics that characterized the Portuguese language at the time of its diaspora to the Orient.

### KEYWORDS

Middle Portuguese, classic Portuguese, linguistic factors, extralinguistic factors, linguistic diaspora.

## 1. Questões introdutórias: para uma contextualização da problemática

Ganho heroicamente pelo Mestre de Avis o reino português, abre-se ao país e ao seu povo melhores dias. Com ele nasce um novo reino que terá garantida a sua continuidade com o nascimento da Íclita Geração. Um novo olhar se lança sobre o futuro com a vontade fervorosa da descoberta de outras terras. À expansão das terras do Norte de África, empreendida em 1415 por membros desta Íclita Geração, associam-se diversas motivações. Desde motivações religiosas (espalhar a fé cristã), a motivações económicas (melhorar as condições de vida dos habitantes do país), a motivações político-sociais (aumentar o reino), constitui-se, assim, uma panóplia de forças motivadoras que terão também a sua repercussão na produção escrita de então.

No termo do português médio (cf. ponto 2 deste texto) encontra-se desenhada uma sociedade que deseja encontrar novas aberturas e novas adesões ao mundo. Começa então a nascer a alma de um povo que por mar quer ir à descoberta de novos dias, novos mundos e novas e renovadas razões de viver. Com a chegada dos ventos de Itália, onde o Renascimento e os mais nobres valores do

---

<sup>1</sup> Um povo que eternamente ficará marcado pela *saudade*. Ouçamos D. Duarte: «E a ssuydade nom descende de cada hũa destas partes, mes he hũũ sentido do coraçom que vem da sensualidade, e nom da rrazom, e faz sentir aas vezes os sentidos da tristeza e do nojo. E outros veem daquellas cousas que a homem praz que sejam, e algũũs com tal lembrança que traz prazer e nom pena. E em casos certos se mestura com tam grande nojo, que faz ficar em tristeza. E pera entender esto, nom compre leer per outros livros, ca poucos acharom que dello faller, mes cada hũũ veendo o que screvo, conssiire <F 27v> seu coraçom no que ja per feitos desvairados tem sentido, e podera veer e julgar se fallo certo». Cf. *Leal Conselheiro*, edição digitalizada, CIPM da FCSH da UNL. Trata-se de uma obra do século XV da autoria de D. Duarte, de carácter moralístico-didático, na linha de um “roteiro moralístico-filosófico”. É uma obra emblemática da dinastia de Avis feita a pedido da rainha D. Leonor, com os pressupostos que o autor tão bem explica: «Muyto prezada e amada Raynha Senhora: vos me reque-restes que juntamente vos mandasse screver algũas cousas que avia scriptas per boo regi-mento de nossas conciencias e voontades. E posto que saibha graças a nosso senhor que de todo avees muy comprido conhecimento com virtuosa husança, satisfazendo a vosso desejo conssiirey que seria melhor feicto em forma de hũũ soo tractado com algũũs adimentos. E assi o fiz por vos complazer e filhar em no fazendo algũũ spaço de cuidados com razoado passamento de tempo». Cf. *Leal Conselheiro*, edição digitalizada, CIPM da FCSH da UNL.

<sup>2</sup> Ao Homem das descobertas «Entreabriram-se os olhos, sem querer nem deliberar, para uma ideia diferente de si mesmo e da sua situação no cosmos. Admitiu, pela primeira vez, a possibilidade de ser um deus na terra. E a sua vocação terrena, o seu papel de dominador da natureza e de criador e condutor da História, adquiriram um vulto que, lentamente, se foi mostrando central na contemplação de si próprio». Veja-se Silva Dias (1982, p. 123).

Humanismo e do Classicismo tomam definidos contornos, assistimos em Portugal a toda uma produção escrita que adquire uma certa renovação, visível não só ao nível da forma, mas também ao nível do conteúdo.

As motivações para o movimento expansionista foram diversas. Portugal possuía uma situação geográfica favorável, para além do domínio de um conjunto de conhecimentos técnico-científicos no que respeita à arte de navegar. Os Descobrimientos, por outro lado, poderiam constituir uma solução económica para o país na medida em que se tornava necessário a entrada no país de ouro (para a cunhagem da moeda), bem como de cereais e outros produtos. Todos os grupos sociais tinham interesses na dilatação do reino: se à nobreza interessava a conquista de maiores possessões e títulos, à burguesia interessava alargar as trocas comerciais. O povo, sem dúvida, via positivamente a oportunidade de melhores condições de vida e uma forte motivação resultava da vontade de expandir a fé cristã e do próprio combate ao infiel.

O período cronológico de que nos ocupamos neste estudo (seguimos, aqui, muitas vezes, de modo literal, Osório, 2004 e Silva & Osório, 2008) é complexo. Nele reúnem-se formas de pensamento e escrita ditas de teor medievalizante e formas de maior abertura à vida e ao mundo. A produção escrita deste período denota formas de valor arcaizante com formas que inauguram a fase moderna da língua, coexistindo, deste modo, ao nível linguístico, formas rivais. Em meados do século XV, o estado linguístico do português veste os alvares da modernidade

---

<sup>3</sup> No momento, a panorâmica mais atualizada acerca dos períodos da história do português e das respetivas mudanças operadas em cada um deles é de Martins (2016, pp. 1-40). Através de vários quadros muito ilustrativos e com informação muitíssimo importante, a autora afirma precisamente que «identificam-se na coluna correspondente ao português antigo os principais traços gramaticais que caracterizam o português dos séculos XIII e XIV (sendo raros, breves e linguisticamente complexos os textos escritos em português no último quartel do século XII – cf. Castro 2004; Martins 1999; 2007; Souto Cabo 2003). Indica-se depois em qual dos períodos subsequentes se consolidou a mudança de que resultou o estado de língua do português contemporâneo. O facto de uma mudança particular estar assinalada, por exemplo, na coluna do português médio, não significa que as manifestações iniciais dessa mudança não possam vislumbrar-se já no período anterior nem que atestações de formas conservadoras não possam encontrar-se ainda no período seguinte. Nos casos em que estão assinaladas duas colunas (cf. Quadros 2, 3, 5 e 6), isso indica que uma dada mudança se desenvolveu em duas fases, cuja concretização ocorre em dois períodos diferentes (por exemplo, a elevação das vogais átonas finais precede a elevação das vogais pretónicas, como adiante se exporá). Pode também indicar que está em causa não uma mudança única mas um conjunto de mudanças relacionadas que se desenvolvem durante um intervalo temporal que excede os limites cronológicos de um período, de acordo com a periodização adotada» (Martins, 2016, p. 4).

de acordo com a abertura do país ao mundo que se começava a patentear. Assim, os períodos em realce neste texto correspondem às fases linguísticas que foram levadas para outros ângulos geográficos, nomeadamente para o Oriente e onde, durante um período significativo, tiveram uma influência expressiva. Na verdade, «Durante mais de um século, os portugueses detiveram o monopólio da *Carreira da Índia* e dominaram os mares, da costa oriental de África até ao sul da China e ao Japão, passando pela Abissínia e a Arábia, as costas do Malabar e de Coromandel, no sul da Índia, o Ceilão, o Golfo de Bengala, a península de Malaca, o Golfo do Sião e a Indonésia. Só no século seguinte a sua hegemonia no Índico se viu ameaçada pela concorrência e pelo ataque de outros povos europeus, como os holandeses e os ingleses, o que levaria ao seu declínio, no século XVIII. Abriu-se, deste modo, logo no início do século XVI, um novo e imenso espaço de implantação, difusão, circulação e transformação da língua portuguesa, em contacto com outras línguas e culturas.» (Pereira & Reto, 2020, p. 106).

## 2. O Português Médio ou Pré-clássico

A nível externo, neste subperíodo linguístico (cf. Brocardo, 1999; Castro, 1999) avultam alguns fatores, entre os quais, a expansão colonial, começando em inícios do século XV e cuja influência, na evolução do português, será sobretudo de caráter lexical, através da entrada de empréstimos de línguas africanas, asiáticas e ameríndias, tal como se encontra desenvolvido em Teyssier (*LRL*, VI, 2, 1994, p. 465). A propósito e tal como refere Cardoso (2016, p. 69): «A difusão da língua portuguesa por diversas zonas da Ásia acompanhou a expansão ultramarina portuguesa nessa região. O ano de 1498, que viu a armada de Vasco da Gama aportar ao sudoeste indiano, pode por isso ser tomado também como o ano 0 desse processo de expansão linguística. Os primeiros estabelecimentos portugueses na Ásia com caráter de permanência foram estabelecidos pouco depois, precisamente na região onde se deu o contacto inicial: a antiga Costa do Malabar, correspondente ao atual estado indiano de Kerala. Em 1505, o Malabar contava já com importantes feitorias portuguesas em Cochim, Cananor e Couião, e foi a partir da região que, nesta fase, se coordenou a exploração e conquista de outras partes da Ásia. Esta circunstância confere à Costa do Malabar uma importância particular no envolvimento de Portugal com a Ásia e ao contacto entre o português e o malaiala, a língua dravídica aí dominante, um papel fundador no que viria a ser uma história de contacto linguístico vasta e diversificada».

De salientar, porém, outras consequências linguísticas que o Tratado de Tordesilhas (assinado, em 1494, entre os reinos de Portugal e de Castela-Aragão para delimitar as respectivas zonas de expansão colonial) acabaria por ter: é devido a ele que, até ao século XVII, o português será a língua europeia dominante nas regiões costeiras de África e de Ásia e que, ainda hoje, toda a «Romania Nova» americana se divide entre o espanhol, a Ocidente, e o português, a Oriente. É particularmente relevante neste contexto, referirmos a importância dos crioulos portugueses de Ceilão (hoje Sri-Lanka), de Malaca, de Java, de S. Tomé e Príncipe, de Cabo Verde e da Guiné, fontes, igualmente, importantes para a história da língua de portuguesa.

A nível linguístico, neste período da história do Português, sob o ponto de vista fonético e fonológico, assistimos à eliminação dos encontros vocálicos. A seguir à fase do Galego-Português medieval (caracterizada por grande número de palavras com vogais formando um hiato) vem um período em que há a tendência para estes encontros vocálicos serem eliminados. Originados pela queda de diversas consoantes, entre as quais se devem destacar o <-D->, o <-L-> e o <-N-> intervocálicos (fenómeno, aliás, típico do galego-português, pelo que diz respeito às duas últimas), dela resultaram palavras como *vĩ-o* (de VINU), *bõ-o* (de BONU), *irmã-a* (de GERMANA), *le-er* (de LEGERE), *se-er* (de SEDERE), *tra-edor* (de TRADITORE), *ma-o* (de MALU), *ma-a* (de MALA), *co-or* (de COLORE), *co-orar* (de COLORARE), *diabo-o* (de DIABOLU). Para a supressão destes hiatos foram utilizadas as seguintes soluções: *palatalização de uma consoante entre duas vogais, através da nasalidade* (VINU > *vĩ-o* > *vinho*, GALLINA > *galĩ-a* > *galinha*) e a *contração das duas vogais numa vogal única*, podendo ser o resultado uma vogal nasal, quando uma das duas vogais é nasal (LANA > *lã-a* > *lã*, BONU > *bõ-o* > *bõ* (escrito <bom>), TENES > *tẽ-es* > *tens*, CALENTE > *ca-ente* > *queente* > *quente*, PALUMBU > *pa-ombo* > *pombo*, FINES > *fĩ-es* > *fins*, TRIGINTA > *tri-inta* > *trinta*). Destas contrações resultam as cinco vogais nasais [ĩ], [ẽ], [ã], [õ], [ũ], já existentes na língua, de modo que o sistema fonológico não sofre modificações. No entanto, quando a contração se processa entre duas vogais orais, e embora o resultado seja sempre uma vogal oral, podem resultar daqui fonemas novos, que vão desequilibrar o sistema fonológico vigente. Levando em conta a posição destas vogais relativamente ao acento tónico, convém discriminar-se o seguinte:

<sup>4</sup> Sobre uma caracterização linguística do *Tratado de Tordesilhas*, cf. Maia (1994) e para um estudo linguístico do primeiro texto português sobre o Brasil (*Carta do Achamento* de Pero Vaz de Caminha) veja-se Mattos e Silva (1996).

a) *posição tónica*: desta contração resultam as sete vogais orais [i], [e], [ɛ], [a], [ɔ], [o], [u] (VILES > *vi-es* > *vis*, VENIRE > *vĩ-ir* > *vi-ir* > *vir*; LEGERE > *le-er* > *ler*, SEDERE > *se-er* > *ser*, \*METIPSIMU > *me-esmo* > *mesmo*; PEDE > *pe-e* > *pé*, MAGISTER > *ma-estre* > *meestre* > *mestre*, SAGITTA > *sa-eta* > *seeta* > *seta*; MALA > *ma-a* > *má*, PALATIUM > *pa-aço* > *paço*; COLUBRA > *co-obra* > *cobra*, MAIORE > *ma-or* > *moor* > *mor*, MOLA > *mo-a* > *mó*; COLORE > *co-or* > *cor*; NUUDUM > *nu-o* > *nuu* > *nu*). Para além destas combinações, pode, ainda, assinalar-se o aparecimento de uma oposição entre o fonema /a/ aberto e o fonema /e/ fechado: assim em *ga-anha* > *ganha* (verbo) e *ga-anho* > *ganho* (substantivo), o <a> resultante da contração manteve o timbre aberto [a], apesar da presença da consoante nasal seguinte, que fechou sempre o <a> simples etimológico em [e], como em *cama*, *cano*, *banho*. Esta oposição será depois utilizada na primeira pessoa do plural dos pretéritos perfeitos simples da primeira conjugação regular, cuja desinência em <-ámos>, com [a] aberto, se opõe a idêntica pessoa do presente do indicativo, terminada em <-amos>, com [e] fechado. O sistema fonológico formado pelas sete vogais orais tónicas, supramencionadas, ficou acrescido com o /e/ fechado;

b) *posição postónica*: não houve modificação do sistema, uma vez que os grupos átonos <-oo> e <-aa>, em posição final, contraem-se em <-o> e <-a>, respetivamente, confundindo-se com o <-o> e o <-a> etimológicos (DIABOLUM > *diábo-o* > *diabo*, ORACULUM > *orágo-o* > *orago*, BRACARA > *Brágara* > *Brágala* > *Brága-a* > *Braga*);

c) *posição pretónica*: as contrações das vogais em hiato vão dar origem a três novos fonemas vocálicos, neste contexto: /ɛ/, /a/ e /ɔ/ abertos. No século XV, altura em que estas contrações das vogais em hiato se completaram, devia haver uma oposição entre estas novas vogais, longas e abertas e as pretónicas simples /e/, /e/ e /o/, breves e fechadas (PLICARE > *prêgar*, CATHEDRA > *câdeira*, MORARI > *môrar*). Por volta de 1500, o sistema das vogais orais pretónicas compreende exatamente as mesmas oito vogais que também ocorrem em posição tónica;

c) *contração de duas vogais orais num ditongo oral*: a pronúncia monossilábica de alguns grupos de vogais em hiato dá origem a ditongos, em que <a-e> transforma-se em <ae>, vindo a confundir-se com <ai>: SIGNALES > *sina-es* > *sinaes* > *sinais*; <a-o> torna-se <ao>, que se confundirá com <au>: MALUM > *ma-o* > *mao* > *mau*. Três outras sequências vocálicas, porém, vão dar origem a outros tantos novos ditongos: <ó-e>, <é-e> e <é-o> tornam-se, respetivamente, <oe> (hoje escrito <ói>), <ee> (hoje escrito <éi>) e <eu> (hoje escrito <éu>): SOLES >

so-es > soes (hoje <sóis>); CRUDELES > crue-es > cruees (hoje <cruéis>); CÆLU > ce-o > ceo (hoje <céu>);

d) *contração de uma vogal nasal e de uma vogal oral em ditongo nasal*: está na origem dos ditongos nasais tão característicos do português (MANU > *mã-o* > *mão*, pronunciado [mẽw̃], CANES > *cã-es* > *cães*, pronunciado [kẽjs];

e) *encontros vocálicos provindos da queda de <-d-> nas desinências verbais da segunda pessoa do plural*: na primeira metade do século XV e enquanto iam desaparecendo os encontros vocálicos acima citados, surgiu uma nova série de hiatos, produzidos pela queda do <-d-> intervocálico da segunda pessoa do plural dos paradigmas verbais (*estades* > *esta-es* > *estaes* > *estais*; *vendedes* > *vende-es* > *vendees* > *vendeis*; *sentides* > *senti-es* > *sentis*; *sodes* > *so-es* > *soes* > *sois*).

Sobre as reduções dos encontros vocálicos, que tiveram lugar nos séculos XIV e XV, poder-se-á afirmar que o sistema fonológico do português, em 1500, tinha sido enriquecido com as referidas reduções dos hiatos e passou a conter oito fonemas vocálicos orais, tanto em posição tónica como pretónica: /i/, /e/, /ɛ/, /e/, /a/, /ɔ/, /o/, /u/. Em posição final, estes oito fonemas ficavam reduzidos a três: /E/, /A/, /O/. As combinações de ditongos orais aumentaram de oito para onze: [ej], [ɛj], [aj], [ɔj], [oj], [uj], [iw], [ew], [ɛw], [aw], [ow]. As nasais passam a ter os três ditongos que caracterizam o português.

Na Morfologia, verifica-se, igualmente, no período compreendido entre 1350 e 1500, a unificação dos substantivos que, antes, terminavam, no singular, em <-ã-o>, <-an> e <-on>. Primeiro, relativamente às formas do plural, constata-se o seguinte: *mão* / *mãos*; *can*, *cam* / *cães*; *leon*, *leom* / *leões*, no âmbito da redução dos hiatos acima descrita. Depois, por volta de 1500, já estava concluída uma uniformização do singular, em <-ão> (*mão*, *cão*, *leão*), ao passo que os três plurais diferentes, e determinados etimologicamente (porque derivam das termi-

<sup>5</sup> Cardeira (2005, pp. 291-292) afirma: «As propostas de periodização que escolhem como fronteira entre o português antigo e o português médio a crise de 1383-85 ou o seu símbolo, a batalha de Aljubarrota, realçam o papel desta ruptura política, social e cultural, no sentido da deriva linguística do português, mas parecem esquecer o facto de que as mudanças inovadoras já ocorriam antes dessa data; mais conforme com os factos que observámos talvez seja de admitir a existência de uma “franja de separação” entre o português antigo e o português médio e nessa franja de separação se deve situar a segunda metade do século XIV. [...] Ora, o que a presença de uma transição de fase vem mostrar é que é neste período que se definem selecções e mutações que irão conferir ao português uma determinada personalidade: é a elaboração do português do século XV que permitirá a sua gramaticalização a partir do século seguinte. Assim, o português médio, mais do que “período de transição”, pode definir-se como um “período crítico”, crucial na história da língua portuguesa».

nações do acusativo plural do latim, respetivamente em -ANUS, -ANES e -ONES), se mantiveram até hoje. Esta unificação das terminações <-an> / <-am> e <-on> / <-om> em <-ão> abrange todas as palavras da língua, incluindo as formas verbais tónicas (*dan* > *dão*, *cantarán* (futuro) > *cantarão*, *son* > *são*) e átonas (*cantáran* > *cantárão* (mais que perfeito), hoje escrito <cantaram> e *cantáron* (perfeito simples), forma que viria a identificar-se com a do mais que perfeito sintético, na grafia e na pronúncia). Assim, também os advérbios *entón* e *non* passam a *então* e *não*, respetivamente.

As formas átonas dos determinativos possessivos *ma*, *ta*, *sa* desaparecem. Os anafóricos *em* e (*hi*) deixam, igualmente, de ser usados e, na segunda pessoa do plural dos verbos, o <-d-> intervocálico desapareceu já no século XV, dando origem às terminações <-ais>, <-eis> e <-is>, por exemplo: *amais*, escrito por vezes <amaes>, *dizeis*, com a variante gráfica <dizees>, *partis*.

Na sintaxe, mencione-se o uso de <que> por <quem>; do mais que perfeito simples do indicativo pelo imperfeito do conjuntivo ou pelo condicional e do gerúndio em casos que, hoje, exigem o infinitivo precedido das preposições <a>, <de> ou <sem> (*sem saindo* por *sem sair*; *non cessam chorando* por *não cessam de chorar*).

Sob o ponto de vista linguístico, deverá salientar-se o processo de enriquecimento do vocabulário através da introdução de latinismos (formas eruditas e semieruditas), conhecendo uma grande intensificação no século XV (com a prosa didática dos autores da Casa de Avis e com a prosa histórica dos cronistas) e, depois, no século XVI, enquanto consequência do Renascimento humanista. Por outro lado, na sintaxe nota-se, igualmente a influência do latim: no século XV, o rei D. Duarte (1433-1438), por exemplo, usa, à maneira latina, depois do verbo *crer*, uma oração infinitiva: “Fé e virtude per a qual o fiel crê aquele *seer* verdade que nom sente nem entende”.

### 3. O Português Clássico

Entre os fatores externos que caracterizam este período, iniciado com a publicação da *Gramática da Linguagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, deve salientar-se o aparecimento de uma obra que vem prosseguir esta tradição: as *Regras da Lingua Portuguesa, Espelho da Latina* de D. Jerónimo Contador de Argote, vinda a lume, em Lisboa, no ano de 1725, documento importante da situação da língua portuguesa nos começos do século XVIII. Muito curiosa a seguinte passa-

<sup>6</sup> Cf. Vázquez Cuesta & Mendes da Luz (1971, p. 206).



gem: «M. Ha mais algum Dialecto?/ D. Ha os Dialectos ultramarinos, e conquistas de Portugal, como India, Brasil, &c. [...]» (p. 300).

No século XVI, consolidam-se as estruturas morfossintáticas da língua portuguesa, sob a influência do latim, das tentativas de codificação gramatical e, ainda, através das grandes realizações estético-literárias do chamado “século de ouro” de Portugal.

Foneticamente, destacamos a permanência da distinção entre os fonemas /b/ e /v/, no português padrão. Como se sabe, esta distinção prevalece, também, no francês e no italiano, mas não no galego, no português do Norte, e no castelhano. Já no conhecido romance *Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro (2002), que data, provavelmente, da década de 1530-1540, se refere o jogo de palavras entre a frase *vi-m'arder* e o nome próprio *Bimarder* como sendo de pronúncia galega. E, na segunda metade desse século, o gramático Duarte Nunes de Leão, na sua *Orthographia* (1576), menciona a confusão do <b> com o <v> como sendo típica de Galegos e de “alguns Portugueses d’Entre-Douro-e-Minho”.

No século XVI, assistimos à simplificação do sistema das sibilantes: nas suas fases iniciais, o português tinha um sistema de 4 fonemas sibilantes, tal como o castelhano, até ao fim da Idade Média: /ts/ (*cen*), /s/ (*sen*), /dz/ (*cozer*) e /z/ (*coser*), mas por volta de 1500, as duas africadas tinham perdido a oclusiva inicial e evoluído para as predorsodentais /s/ e /z/, continuando, porém, a opor-se às duas restantes sibilantes, de articulação ápico-alveolar, /ś/ e /ź/, pelo menos no Norte. Assim, na primeira metade do século XVI, há uma oposição, que se manifesta na ortografia, entre *paço* e *passo*, ou seja, entre os fonemas /s/ (grafado com <ç>, ou <c> antes de <e>, <i>), e /ś/ (grafado intervocalicamente <ss->, ou só com um <s->, em posição inicial) e entre *cozer* e *coser* (isto é, entre /z/, escrito com o grafema <z>, e /ź/, a que corresponde o grafema <s->). No fim deste século, o português do Centro e do Sul reduziu este sistema de 4 fonemas para dois, eliminando os ápico-alveolares (admitindo que eles tenham de facto existido, no Sul), que se fundiram com os predorsodentais: assim, *paço* / *passo*, por um lado, e *cozer* / *coser*, pelo outro, passaram a ter o mesmo fonema não vozeado /s/, ou vozeado /z/, respetivamente.

Importante, linguisticamente, é a monotongação de <o> em [o]: os começos deste fenómeno datam, provavelmente, do século XVII. Invadiu todo o Sul e o Centro, até Aveiro, ficando, mais uma vez, no Norte, um arcaísmo ainda hoje vivo. Assim, palavras como *pouco*, *amou*, *doutor*, pronunciam-se, no português padrão, com [o], mas a Norte de Aveiro com o antigo ditongo [ow]. Também, a

africada [tʃ] passa à palatal [ʃ], por exemplo em *chamar*, sendo um fenómeno que data do século XVII. Até esta altura, o português possuía uma africada palatal [tʃ], inovação românica para que foi criado o grafema <ch>, no grupo ocidental das línguas desta família. Deste modo, uma palavra como *chamar* não se confundia, nem na grafia nem na pronúncia, com uma palavra como *deixar*, já que ao grafema <x> correspondia à fricativa [ʃ].

A nível dos subsistemas morfossintáticos e lexicais, valerá a pena assinalar que (i) o artigo indefinido feminino, bem como os pronomes indefinidos <algũa(s)> e <nenhũa(s)>, mantêm a forma medieval <ũa(s)>; (ii) o sistema de déíticos adquire, no fim do século XVI, a forma que ainda hoje conserva, ou seja, os demonstrativos *este / esse / aquele*, etc. e os advérbios de lugar *aqui / aí / ali* (em oposição ternária); e *cá / lá* (numa estrutura binária); (iii) na morfologia verbal, a analogia contribui para uma grande simplificação dos paradigmas medievais. Assim, as primeiras pessoas do tipo *senço, menço, arço* são substituídas por *sinto, mintto, ardo*; (iv) os participios passados da segunda conjugação, terminados em <-udo>, dão lugar a formas em <-ido>, por exemplo, *perduto* > *perdido*; (v) algumas alternâncias vocálicas regularizam-se: nos perfeitos fortes, as vogais radicais das formas arrizotónicas (aquelas em que o acento tónico recai num sufixo flexional e não na raiz do verbo) tendem a configurar-se de acordo com a vogal da primeira pessoa do singular; (vi) a conjugação do verbo *ser*, derivado da fusão de dois paradigmas verbais latinos (Sum e Sedeo) em um único, está fixada, na segunda metade do século XVI; (vii) o verbo <haver> ainda tem um uso “românico”, na fase clássica; (viii) relativamente à sintaxe dos clíticos, constata Martins (2002, p. 271) que nas orações principais afirmativas (sem o verbo em posição inicial e não introduzidas por constituintes proclisadores), verifica-se a adjacência obrigatória do clítico relativamente ao verbo, havendo agora uma predominância da próclise, com a ênclise só residualmente atestada; nas orações subordinadas finitas e nas orações principais com constituintes proclisadores, a próclise é obrigatória e predomina a adjacência ao verbo (a interpolação verifica-se apenas residualmente); (ix) na sintaxe verbal, o mais que perfeito simples continua a exercer as funções de imperfeito do conjuntivo e de condicional; (x) nas construções passivas, a preposição que rege o “complemento agente” é <de>, em vez do <por> moderno.

A nível lexical, a expansão ultramarina fez entrar, no português, numerosos vocábulos africanos, asiáticos e sul-americanos (alguns dos quais, depois, foram

<sup>7</sup> Cf. Menéndez Pidal (1986, pp. 62-63).

tomados de empréstimo por outras línguas europeias, através do português), devendo aqui ser feita uma menção especial aos *Colóquios dos Simples e Drogas*, de Garcia de Orta, obra impressa em Goa, em 1563. Entre estas palavras contam-se: *pagode* (das línguas dravídicas do Sul da Índia), *jangada* (do malaio), *junco* (do chinês); *mandarim* (termo malaio, de origem sânscrita, mas talvez influenciado pela voz portuguesa *mandar*); *veniaga* (palavra malaia donde foi derivado o verbo português *veniagar*, ou seja, *traficar*) ou *chatim* (termo dravídico significando “mau comerciante”, donde foram derivadas as palavras portuguesas *chatinar*, *chatinador*, *chatinagem*, *chatinaria*). Mais tarde, a principal fonte de empréstimos exóticos passou a ser o Brasil, de onde vieram também africanismos, para lá levados pelos escravos dos engenhos de açúcar.

## (In)conclusão

Poderá dizer-se que História/Sociedade/Língua não constituem campos estanques e separados. Na verdade, no que a este tema diz respeito, embora a língua portuguesa tenha chegado ao Oriente, «A entrada em cena de novas potências coloniais, como a Inglaterra, a Holanda e a França, aliada à vastidão do império e aos poucos recursos humanos e financeiros de Portugal, conduziu, tanto na Ásia como em África, ao progressivo recuo da língua portuguesa, em favor de outras línguas europeias, como o inglês e o francês, sobretudo a partir de meados do século XVIII. Na Ásia, do vasto território ocupado, Portugal manteve apenas, até ao século XX, alguns pequenos enclaves e, com eles, a presença do português: Goa, Damão e Diu, na Índia (até 1961); Timor-Leste, na Indonésia (independente desde 1975) e Macau, cuja soberania foi transferida para a China em 1999» (Pereira & Reto, 2020, p. 119).

Com esta breve sinopse sobre o estado da língua nos períodos em que ela se deslocou para outras latitudes geográficas, pretendemos apenas colocar o foco nas características internas e externas desses períodos cronológicos, mas estando certos de que condições históricas, condições linguísticas (como questões de contacto) fizeram com que se formasse a configuração linguística atual

---

<sup>8</sup> Como Cardoso (2016, p. 79) observa: «Para além da formação de línguas pidgin e crioulas a que já aludimos, a expansão da língua portuguesa pela Ásia levou também ao estabelecimento de algumas variantes asiáticas do português que acusam o efeito do contacto linguístico. No contexto asiático, já Leite de Vasconcelos identifica na sua *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901) vários «dialectos» portugueses. Desses, os que não classifica como «dialectos crioulos» são os de Goa, Macau e Timor, e ainda o «norteiro» (da antiga «provincia do

que apresentam estes territórios. É que sendo a *Língua* pertença do Homem, a Linguística terá de contar com a pluridimensionalidade humana, sem obliterar que o Homem é um produto histórico e que a língua é também um produto histórico que está perenemente em mutação, muitas vezes, por condicionalismos externos ao próprio sistema linguístico.

## Referências bibliográficas

- Bechara, E. (1991). As fases da língua portuguesa escrita. In *Actes du XVIII<sup>e</sup> congrès international de linguistique et de philologie romanes* (vol. III, pp. 68-76). Tübingen: Max Niemeyer Verlag.
- Brocardo, T. (1999). Sobre o português médio. In E. Gärtner, C. Hundt, & A. Schönberger (Eds.), *Estudos de história da língua portuguesa* (pp.107-125). Frankfurt am Main: TFM.
- Cardeira, E. (2005). *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cardoso, H. (2016). O português em contacto na Ásia e no Pacífico. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 68-97). Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.
- Castro, I. (2006). *Introdução à história do português*. Lisboa: Colibri.
- Castro, I. (1999). O português médio segundo Cintra (nuga bibliográfica). In I. H. Faria (Org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão* (pp. 367-370). Lisboa: Edições Cosmos e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Contador de Argote, J. (1725). *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina, ou disposição para facilitar o ensino da lingua latina pelas regras da portugueza*. Lisboa: Oficina da Musica.
- Leal Conselheiro (s.d.). In Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, *Corpus Informatizado do Português Medieval*. Disponível em <https://cipm.fcsh.unl.pt/>.
- Leão, D. N. (1576). *Orthographia da lingoa portvgvesa: Obra vtil, & necessaria, assi pera bem screuer a lingoa Hespanhol, como a Latina, & quaesquer outras, que da Latina teem origem, ¶ Item hum tractado dos pontos das clausulas, Pelo Licenciado Duarte Nunes do Lião*. Lisboa: Per João de Barreira impressor delRei N.S.: <http://purl.pt/15>.

---

Norte» do Estado Português da Índia, localizada na região contígua a Bombaim) e o da costa do Coromandel (costa sudeste da Índia, correspondente ao atual estado de Tamil Nadu)».

<sup>9</sup> Todavia, a propósito da periodização da língua portuguesa, esclarece Castro (2006, p. 73): «É tradicional dividir o tempo das línguas em períodos, à semelhança do que se faz com a história dos povos. Trata-se de uma ilusão útil: ilusão, porque às fronteiras entre os períodos sempre falta fundamentação rigorosa, mas útil, porque com um nome podemos designar uma extensão de séculos, sem obrigação de precisar datas mais exactas. Podemos, assim, usar da periodização, desde que não confiemos demasiado nela».

- Lindley Cintra, L. F. (1963). Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie. In *Colloque sur les anciens textes non littéraires. Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen Age*, 1961. *Revue de Linguistique Romane*, 27, pp. 59-70.
- Maia, C. A. (1994). Tratado de Tordesilhas: algumas observações sobre o estado da língua portuguesa em finais do séc. XV. *Biblos*, 70, p. 33-91.
- Maia, C. A. (1995). Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre “português arcaico” e “português moderno”. *Diacrítica*, 10, pp. 3-30.
- Martins, A. M. (2016). O português numa perspetiva diacrónica e comparativa. In A. M. Martins & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 1-40). Berlin/Boston: De Gruyter Mouton.
- Martins, A. M. (2002). Mudança sintáctica e história da língua portuguesa. In B. F. Head, J. Teixeira, A. S. Lemos, A. L. Barros, & A. Pereira (Orgs.), *História da língua e história da gramática* (pp. 251-297). Braga: Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho.
- Mattos e Silva, R. V. (Org.) (1996). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Menéndez Pidal, R. (1986). *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Ribeiro, B. (2002). *Menina e Moça*. T. Amado (Ed.). Lisboa: Edições Duarte Reis.
- Oliveira, F. (2012). *Gramática da linguagem portuguesa*. J. E. Franco, & J. P. Silvestre (Eds.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Orta, G. (1563). *Colóquios dos simples e drogas he cousas medicinais da Índia e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas pera saber*. Goa: João de Endem.
- Osório, P. (2004). *Contributos para uma caracterização sintáctico-semântica do português arcaico médio*. Covilhã: Universidade da Beira Interior Editora.
- Pereira, D., & Reto, L. (2020). O processo de internacionalização do português: história da sua expansão e situação atual. In L. Reto & R. Gutiérrez Rivilla (Coords.), *La proyección internacional del español y el portugués: el potencial de la proximidad lingüística* (pp. 101-124). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Silva Dias, J. S. (1982). *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa: Edições Presença.
- Silva, J., & Osório, P. (2008). *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema lingüístico*. Chamusca: Edições Cosmos.
- Teyssier, P. (1994). Portugiesisch: externe sprachgeschichte. *LRL*, (VI) 2, pp. 461-472.
- Vázquez Cuesta, P. (1986). *La lengua y la cultura portuguesas en el siglo del Quijote I A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipos*. (M. M. Lemos, Trad.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Vázquez Cuesta, P., & Mendes da Luz, M. A. (1971). *Gramática portuguesa*. Tomo I. Madrid: Gredos.

